

# Uma nova maneira de fazer pragmática

## *A new way of doing pragmatic*

Maria Isabel BORGES<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Doutora em Linguística. Docente da Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: <professora\_maria\_isabel\_borges@hotmail.com>.

**Resumo:** Dois anos após a publicação da obra “A nova pragmática: fases e feições de um fazer” de Kanavillil Rajagopalan (2010) — em que se reúnem alguns de seus textos sobre pragmática — percebe-se que, de um modo geral, há duas maneiras de fazer pragmática: uma, inspirada nos desdobramentos feitos por Searle a partir da teoria dos atos de fala (Austin); e outra, nas reflexões feitas por Rajagopalan, baseadas em outra leitura da teoria austiniana e em críticas das direções seguidas por Searle. Apoiando-se na segunda maneira de fazer pragmática (o fazer B), o objetivo é apontar as referências teórico-metodológicas que necessitam ser reelaboradas para a análise de textos. Para este trabalho, serão analisadas duas tirinhas da Mafalda, produzidas pelo cartunista Quino. Espera-se que, com o “novo” fazer pragmático, os atos interpretativos extrapolem os limites da sentença, uma vez que partem dos princípios dos quais: a) por trás de um fato, há um valor; b) dizer é fazer e c) nomear é predicar.

**Palavras-chave:** Nova Pragmática. Fato e Valor. Efeitos.

**Abstract:** Two years after the publication of “The new pragmatics: phases and features of a doing” by Kanavillil Rajagopalan (2010) — where some of his texts on pragmatics are compiled — it is clear that, in general, there are two ways of doing pragmatic: one, inspired by the developments made by Searle from the theory of speech acts (Austin; and another, by the reflections made by Rajagopalan, based on another reading of Austin’s theory, and on criticism of the course taken by Searle. Relying on the second way of doing pragmatic (doing B), the objective is to point out the theoretical and methodological references that need to be re-laborated for the analysis of texts. For this work, two Mafalda comic strips, produced by cartoonist Quino, will be analyzed. It is hoped that with the “new” pragmatic doing, interpretive acts go beyond the limits of the sentence, since they originate from the principles that: a) behind a fact there is a value; b) saying is doing, and c) naming is predicating.

**Keyword:** New Pragmatics. Fact and Value. Effects.

## Introdução

A obra *How to do things with words* (AUSTIN, 1962/1990) constitui o marco inicial para se pensar a linguagem vinculada à ação. Wittgenstein foi o primeiro filósofo analítico a romper com a ideia lógica de que as relações entre a linguagem, pensamento e mundo eram simétricas (RANGEL, 2004). De certa forma, esse rompimento possibilitou que outras rupturas surgissem; por exemplo: a visão performativa da linguagem (BUTLER,

1997, 2003; OTTONI, 1998; RAJAGOPALAN, 2010; RANGEL, 2004; SILVA, 2009).

Dois anos após a publicação da obra *A nova pragmática*, de Kanavillil Rajagopalan (2010), em que são reunidos alguns de seus textos sobre pragmática, percebo que, de um modo geral, há duas maneiras de fazer pragmática: uma, inspirada nos desdobramentos feitos por Searle a partir da teoria dos atos de fala (Austin); e outra, nas reflexões feitas por Rajagopalan, baseada em outra leitura da teoria austiniana e em críticas das direções tomadas por Searle. Apoiando-me na segunda maneira de fazer pragmática (que prefiro denominar de *fazer B*), meu objetivo é caracterizar, em linhas gerais, esses fazeres, para apontar algumas referências teórico-metodológicas que necessitam de (re)elaborações para a análise de textos. Para este trabalho, analisei, brevemente, duas tirinhas da Mafalda, produzidas pelo cartunista Quino (1993). Espero, por meio de um “novo” fazer pragmático, realizar alguns atos interpretativos que extrapolem os limites da sentença. Tais atos são norteados pelos seguintes princípios: a) por trás de um fato, há um valor; b) dizer é fazer e c) nomear é predicar. Por fim, este trabalho marca outra fase de meus estudos sobre pragmática.

## Dois fazeres pragmáticos: A e B

As leituras e os desdobramentos feitos a partir das ideias de Austin (1962/1990) não são homogêneos, como aponta Rangel (2004<sup>2</sup>):

Uma discussão pertinente em torno das teorias dos Atos de Fala, que não pode deixar de ser mencionada, é o fato da obra de Searle apresentar ou não continuidade das ideias de Austin. Nesse sentido, podemos perceber que essa concepção não é unânime entre os comentaristas desses autores. Independente das divergentes posições acerca desse fato, faz-se necessário ressaltar que tanto o primeiro quanto o segundo trazem contribuições cruciais para os estudos linguísticos, com reflexos em outras áreas de estudo que estejam direta ou indiretamente relacionadas com a linguagem, como, por exemplo, a filosofia, a psicologia, a antropologia entre outras. (RANGEL, 2004, p. 4).

<sup>2</sup> Todos os textos foram adaptados à Nova Reforma Ortográfica (2009).

De um modo geral, há desdobramentos que alegam uma continuidade; enquanto outros, uma descontinuidade. Não é tão simples apontar quem, de fato, segue ou não o pensamento de Austin, pois se trata de uma obra incompleta cujos desdobramentos priorizam apenas uma obra, na maioria das vezes: *How to do things with words* (AUSTIN, 1962/1990). As obras *Philosophical papers* (1961/1979) e *Sense and sensibilia* (1962/1993) raramente são consideradas quando se fala na teoria dos atos de fala. Searle “organizou” os argumentos de Austin para resultar na teoria dos Atos de Fala.

Apesar de Searle tomar como base Austin, de acordo com Rajagopalan (2010), as práticas de continuidade mantêm a linha de pensamento daquele, e não deste, inclusive as contribuições observadas na linguística textual, semântica argumentativa, semântica formal etc. Na maioria das vezes, as questões de ordem pragmática se referem à teoria dos Atos de Fala, às relações dêiticas e à ideia de contexto de uso. Os problemas de linguagem nessas áreas não vislumbram uma perspectiva performativa da linguagem como pano de fundo. Muitas vezes, quando não conseguem explicar questões de linguagem a partir de seus princípios, definem como um aspecto pragmático, ou seja, um aspecto explicado pelo uso. Há, nesse caso, uma transferência da explicação de uma questão no âmbito de uma área ou disciplina para a pragmática, que também pode sinalizar uma falha. Na visão de Rajagopalan, considerando esse aspecto, a pragmática é tratada como um “saco de gatos” (2010).

Assim, de um lado, considero que o *fazer A* diz respeito aos desdobramentos que tomam como base o pensamento austiniano à primeira vista; porém, ao fundo, reguardam uma coerência em relação ao que Searle reelaborou a partir desse pensamento, em função de seus próprios interesses. E, de outro, há um *fazer B* que retoma o pensamento de Austin para conceber uma perspectiva performativa de linguagem estruturante de toda prática. Não se trata de uma teoria, mas sim de uma maneira de olhar a linguagem e conceber todos os atos desencadeados na linguagem e a partir dela. É um fazer norteador de todas as práticas de linguagem que se assumem como pragmáticas, a partir do momento em que há uma ruptura entre linguagem e filosofia, considerando a perspectiva de Ottoni (1998).

A noção de *performativo* foi introduzida inicialmente na filosofia da linguagem por J. L. Austin, primeiro em contraste com o constativo, em seguida, em uma visão ampliada, como caracterizando o uso da linguagem como um todo, o assim chamado *ato de fala*. A partir daí, e desta revisão da caracterização inicial feita pelo próprio Austin, tem sido objeto de inúmeras discussões e desenvolvimentos nos campos da filosofia da linguagem, da linguística e da lógica, as principais áreas que têm a linguagem como objeto central de investigação. Paulo Ottoni recupera, no entanto, as intuições iniciais de Austin e a centralidade atribuída por ele à *performatividade* da linguagem, criticando, a meu ver acertadamente, os desenvolvimentos propostos por outros autores, dentre eles, sobretudo John Searle, que com sua teoria dos atos de fala em termos da dicotomia conteúdo proposicional/força ilocucionária, o que põe a perder, em grande parte, a centralidade do performativo proposta por Austin. (MARCONDES, 1998, p. 9).

Marcondes (1998) afirma que, a partir do pensamento de Austin, há desdobramentos que dele se afastam. Uma das contribuições de Ottoni (1998) seria, dentre outras, resgatar as intenções primeiras a respeito da performatividade da linguagem, como formulou Austin. Rajagopalan

(2010) também argumenta que há um modo searliano de teorizar os atos de fala. É inquestionável dizer que Searle se inspirou em Austin (OTTONI, 1998; RAJAGOPALAN, 2010), entretanto desvelar os efeitos dessa inspiração não é tão simples quanto possa parecer.

### **O fazer A**

Prevaleceram, após a morte prematura de Austin, as direções de Searle em relação à teoria dos Atos de Fala. Os efeitos desencadeados, sob o ponto de vista searliano, configuram um *fazer A*, correspondente à leitura oficial e institucionalizada de Searle sobre a obra de Austin. Ou, como mostra Rajagopalan (2010), trata-se, nesse caso, do que Searle fez com as ideias de Austin relacionadas com a teoria dos Atos de Fala.

Para Ottoni (1998), Searle foi o responsável por introduzir o pensamento de Austin nos estudos linguísticos e, ao mesmo tempo, desvirtuou os princípios norteadores desse pensamento.

O papel de Searle é ambíguo: se, por um lado, ele tem o mérito de ter introduzido as ideias de Austin no interior das discussões da ciência linguística, por outro, pode-se dizer que ele descaracterizou demasiadamente estas ideias, desvirtuando-as de maneira definitiva. Searle, enquanto filósofo da linguagem, é considerado, apesar das diferenças, o sucessor de Austin por ter desenvolvido, nestes últimos trinta anos, uma teoria dos *atos de fala*. (OTTONI, 1998, p. 12).

Paralelamente ao apontamento da ambiguidade da função de Searle, Ottoni (1998) admite que o pensamento austiniano possibilita direcionamentos diversos. “Na realidade, o caráter inovador das propostas de Austin proporciona inegavelmente várias interpretações e a de Searle é apenas uma delas” (OTTONI, 1998, p. 12). O problema está em não perceber as diferenças, favorecendo uma ilusória unidade teórica entre eles. Isso se torna mais complexo quando Ottoni (1998) alega que tal pensamento é recebido distintamente pelas áreas e subáreas, de modo a configurar modos particulares de recepção e compreensão. A meu ver, a questão não está na diferença de recepção e compreensão dentro das áreas e subáreas, um movimento comum de influências entre elas; mas sim se torna questionável quando a leitura searliana passa ser a influência, esquecendo-se de perceber as diferenças entre Austin e Searle. Assim, torna-se incoerente assumir contribuições originárias de Austin se, na verdade, são de Searle.

### **O fazer B**

Por muito tempo, a pragmática era considerada como o lugar em que as “sobras” (RAJAGOPALAN, 1996, p. 5) eram lançadas. Não é possível

afirmar, com certeza, que isso tenha mudado. Para Rajagopalan (2010, p. 18), “... não resta dúvida de que as leituras não searliananas de Austin são bem mais aceitas hoje do que há uns vinte ou trinta anos atrás.” Ao lado das leituras não searliananas, a “... ‘leitura oficial’ promovida e monopolizada por Searle...” é, neste trabalho, nomeada/predicada como a representante do *fazer A*, enquanto as leituras paralelas, extraoficiais falam em nome do *fazer B*. Rajagopalan (2010) prefere relacionar estas leituras a uma *nova pragmática*.

O *fazer B* de que falo é atravessado pelas ideias de Rajagopalan (2010), porém prefiro agir cautelosamente em relação ao modificador “nova”, pois pressupõe um “velho”, um ponto já ultrapassado, não mais em vigor. Nesse aspecto, o velho subentendido diz respeito às leituras searliananas. Por mais que as ideias de Rajagopalan sejam inaugurais e inovadoras, sobretudo em relação à pragmática linguística no Brasil, prefiro ser prudente, pois ainda prevalecem – e acredito que por muito tempo assim será – o modo searliano de conceber os Atos de Fala.

Quando me circunscrevo no *fazer B*, a performatividade da linguagem funciona como o princípio organizador de toda prática realizada,

... em que subjaz uma nova concepção da linguagem, concepção incompatível com uma abordagem formalista, estritamente empiricista e cientificista da linguagem em que há uma cisão entre o sujeito e o objeto. Parto do princípio que faz parte desta visão a integração dos conceitos de performativo, ilocucionário e ato de fala na argumentação de Austin. Essa integração é o lugar do confronto e do questionamento dos procedimentos filosóficos e das técnicas de análise da linguagem ordinária, desfazendo assim a dicotomia sujeito e objeto e possibilitando emergir a “visão performativa da linguagem”. (OTTONI, 1998, p. 11-12).

É assumir o caráter ético-político da linguagem às últimas consequências (JOSEPH, 2006; MEY, 1985, 2001; RAJAGOPALAN, 2003, 2010). Os sujeitos, no âmbito da linguagem e por meio dela, fazem escolhas que desencadeiam efeitos em outros sujeitos. Onde há escolhas, exclusões foram feitas. A realização dos atos de escolhas e de seus efeitos se dá na linguagem e por meio dela, desde que não haja a separação desta de seu contexto de uso, como afirma Mey (1985; 2001).

A verdade é que muitos estudiosos têm tradicionalmente preferido teorizar a linguagem num completo desrespeito por sua configuração social. Houve uma forte tendência entre os linguistas a reificar a linguagem e vê-la como um fenômeno puramente mental e, como tal, atributo de um único indivíduo já existente, por assim dizer, em um estado idílico pré-social ou anterior à queda de Adão. (RAJAGOPALAN, 2010, p. 32).

A figura do falante, dentro dessa “nova” perspectiva, não é mantida em isolamento do meio social em que vive. As sentenças seriam tratadas de outra forma, sem que fossem fruto de uma “... prática de isolar forçosamente os enunciados que ocorrem naturalmente, a fim de estudá-los como simples sequências ordenadas de palavras ou frases...” (RAJAGOPALAN, 2010, p. 41).

Ottoni (1998) sintetiza o desdobramento do ato de fala em três, que, ao mesmo tempo, ocorrem: ato locucionário, ato ilocucionário e ato perlocucionário.<sup>3</sup>

... um *ato locucionário*, que produz tanto os sons pertencentes a um vocabulário quanto a articulação entre a sintaxe e a semântica, lugar em que se dá a significação no sentido tradicional; um *ato ilocucionário*, que é o ato de realização de uma ação através de um enunciado, por exemplo, o *ato de promessa*, que pode ser realizado por um enunciado que se inicie por *eu prometo...*, ou por outra realização linguística (sendo o *ato ilocucionário* o que possibilita fazer a distinção entre o dizer e o dito e sendo convencional por definição); por último, um *ato perlocucionário*, que é o ato que produz efeito sobre o interlocutor. Através destes três atos, Austin faz a distinção entre *sentido* e *força*, já que o *ato locucionário* é a *produção de sentido* que se opõe à *força* do *ato ilocucionário*; estes dois se distinguem do *ato perlocucionário*, que a produção de um *efeito* sobre o interlocutor. (OTTONI, 1998, p. 35-36).

<sup>3</sup> Também há outras designações para esses atos: ato locucional, ilocucional e perlocucional.

Austin (1962) partiu do desdobramento do ato de fala para concluir que a relação entre constativo e performativo consiste em aspectos distintos de um enunciado; na verdade, são indistintos. Para que um ato performativo se realize, não é necessário que as condições de felicidade estejam explícitas. Portanto, por trás de uma afirmação, há um “*performativo mascarado*” (OTTONI, 1998, p. 37). Como consequência, diante de um enunciado, faz-se necessário extrapolar seus limites linguísticos, o que está aparente, para compreendê-lo em suas instâncias não aparentes, o que está velado nos conhecimentos prévios, no contexto de uso, nas possíveis relações entre sujeitos e entre textos, ou seja, os elementos extralinguísticos que podem influenciar na realização do enunciado como ato de fala.

Como destaca Derrida (1991), com base na proposta de Austin, o dizer e o fazer não ocorrem separadamente. Por isso, de um lado, a descrição e a ação e, de outro, o fato e o valor, não podem ser concebidos distintamente. Eles acontecem ao mesmo tempo; e é comum uma descrição e um fato mascararem, respectivamente, uma ação e um valor. Como exemplo disso, resgato minha dissertação de mestrado intitulada *O jogo ético-político nos quadros editados em “O Pasquim”* (BORGES, 2004), para lembrar que, durante a ditadura militar brasileira, os meios de comunicação foram silenciados pelo Ato Institucional 5 – o AI-5 – sendo impedidos de se manifestarem contrários ao regime em vigor entre 1964 e 1985. O povo

brasileiro também não possuía liberdade de expressão e pensamento. Diante da opressão tanto física quanto simbólica, inconformados, os artistas, jornalistas, cartunistas, escritores, entre outros encontraram alternativas para manifestarem seus posicionamentos antiditatoriais.

No semanário *O Pasquim* – pertencente à imprensa alternativa –, os jornalistas e cartunistas driblaram a censura usando como estratégia a duplicidade de sentido: à primeira vista, os dizeres se remetiam a sentidos inocentes, aparentemente desvinculados de questões políticas; nas entrelinhas, no entanto, os mesmos dizeres assumiam posicionamentos contrários ao regime ditatorial. A ineficiência dos censores em interpretar as manifestações artísticas, principalmente as materializadas em textos, facilitava a liberação para publicação e acesso ao público. Tudo isso configurava um jogo ético-político, em que as escolhas linguísticas sempre desencadeavam efeitos duplos: um sentido aparente e um velado. Ao fundo, esse jogo estava alicerçado numa concepção performativa de linguagem<sup>4</sup> (*fazer B*): a cada enunciado proferido, um fazer já se realizava. Como condição, nesse contexto de uso, o fazer atrelado ao posicionamento antiditatorial deveria estar subentendido, para constituir o jogo ético-político já citado.

## Uma análise

Já há algum tempo, venho tratando do processo de interpretação de textos como atos de interpretação (BORGES, 2010a; 2010b; 2009; 2008; 2007; 2004). É claro que isso não é novidade, pois Mey (2001) apresenta o processo de letramentos sob a ótica da pragmática (*fazer B*), mais precisamente definida por ele como sociopragmática. Venho percebendo que há certas referências teórico-metodológicas diante desse processo de interpretação. Por isso, nesta seção, procuro realizar alguns atos de interpretação de duas tirinhas da *Mafalda* (QUINO, 1993).

Moura (2000) afirma que a noção de contexto é, muitas vezes, utilizada para delimitar as questões de interesse pertencentes à pragmática e à semântica. Como o próprio autor ressalta, essa tentativa é falha, em função, por exemplo, da imprecisão conceitual apresentada por cada subárea.

Por outro lado, dentre as várias concepções de contexto apresentadas por Koch (2003), interessam-me alguns aspectos. Em primeiro lugar, na trajetória histórica da linguística textual, quando surgiram os primeiros estudos sobre o texto (fase da análise transfrástica da linguística textual), “... o contexto era visto apenas como o entorno verbal, ou seja, o *co-texto*. O texto era conceituado como uma sequência ou combinação de frases...” (KOCH, 2003, p. 23, grifos da autora). Com as transformações e ampliações ao longo dos anos na linguística textual, o contexto passou a ser constituído de diversos elementos, tais como: cenário, sujeitos, conhecimentos prévios, entornos sociocultural e sócio-histórico, a linguagem do momento de realização etc. Atualmente, na subárea em questão, diferencia-se contexto

<sup>4</sup> A visão performativa da linguagem se afasta da concepção neutra de linguagem. Por exemplo, durante a ditadura militar brasileira, as canções driblavam a censura quando suas letras eram organizadas em torno da duplicidade de sentido. Na canção *Cálice*, uma composição de Gilberto Gil e Chico Buarque de Hollanda, os sentidos se tornam duplos por causa da proximidade sonora entre *cálice* (substantivo) e *calar-se* (verbo *calar* mais o pronome *se*). (LÉLIS; ANDRADE; BORGES, 2012).



de produção e contexto de uso. Em situações de fala, tais contextos são coincidentes; na escrita, eles se configuram em momentos distintos, sendo que o contexto de uso é tido como o mais relevante (KOCK, 2003).

Não só na suposta separação entre pragmática e semântica a noção de contexto e suas movências são fundamentais, como também na linguística textual. Por essa razão, a noção de contexto constitui, a meu ver, uma das referências teórico-metodológicas a serem revisitadas e problematizadas, principalmente no âmbito da pragmática. De fato, o contexto pode funcionar como divisor de questões linguísticas como pragmáticas ou semânticas? Quais são os constituintes mínimos para a configuração de um contexto? Há desdobramentos de contextos, por exemplo, contexto de uso e contexto de produção, como é feito no bojo da linguística textual?

Por mais que a ideia de contexto situe uma sentença<sup>5</sup>, muitas vezes, a transposição dos limites frásticos restringe a uma criação de um contexto de uso possível. Vejamos a sentença (1):

(1) O que vocês estão querendo que esta pobre rua confesse?

À primeira vista, alguém está fazendo uma pergunta, um ato de fala ilocucionário, em que se exige uma resposta por parte de, no mínimo, dois sujeitos. Não é raro encontrar análise de sentenças desconectadas de um contexto, o que requer do sujeito falante e interpretante um deslocamento de (1), de uma situação “esvaziada” de comunicação e de uso para a elaboração de uma situação possivelmente real de comunicação e uso. A pergunta levantada em (1) é possível na língua portuguesa? O elemento em questão, a *rua*, fala? Ou seja, em quais circunstâncias uma *rua* pode atuar como um ser humano, um ser falante? Nesse caso, isso pode ocorrer em situações figuradas, por exemplo, no meio literário. Será que o levantamento de possibilidades – ou melhor, de hipóteses – é suficiente para interpretar a sentença (1)?

A meu ver, as condições para a realização dos atos de interpretação tornar-se-iam favoráveis se (1) fosse apresentada dentro de uma totalidade textual:

#### Tira 1 – O sofrimento de uma rua<sup>6</sup>



Fonte: Quino (1993, p. 175)

<sup>5</sup> Outra questão importante é: qual terminologia seria mais adequada, *sentença*, *enunciado* ou *frase*?

<sup>6</sup> Os títulos são baseados nas temáticas contempladas nas tiras. Constituem, também, um ato de interpretação.



A pergunta (1) é resultado de uma sequência de atos realizados em três cenas. Na primeira, Mafalda está passeando pela calçada, aparentemente se tratando de um evento rotineiro. Na segunda, a menina se depara com um operário usando uma ferramenta que emite certo barulho: TRRRRR. Na terceira, mais dois operários aparecem, desta vez, com outras ferramentas, que emitem o seguinte barulho: BONK! BONK! Somente na quarta cena, Mafalda pergunta: “– O que vocês estão querendo que esta pobre rua confesse?” (1). Nesse momento, os operários interrompem o que estavam fazendo para ouvi-la.

Interpretar (1), dentro da totalidade textual acima, requer diversas considerações impossíveis de serem contempladas, minimamente, em uma análise de sentença fora de contexto. Talvez uma das primeiras limitações de uma análise de sentença seja: a que texto a sentença x pertence? O texto a que pertence faz parte de qual gênero discursivo? Anteriormente, uma possibilidade elencada foi relacionar o comportamento um tanto humano da rua com o meio literário. No caso em questão, a personificação da rua pode ocorrer em uma tira, um gênero pertencente à esfera jornalística.

A descrição dos fatos ocorridos nas cenas, sobretudo nas três primeiras, já configura um fazer, pois, por trás de cada fato descrito, um valor está sendo atribuído. Paralelamente, um processo de designação foi desencadeado, por exemplo, quando nomeei já predicando os homens como *operários*. As ferramentas utilizadas também possuem nomes específicos: britadeira (cena 2), soquete e martelo (cena 3). Preferi nomeá-las como *ferramentas* porque não tenho certeza dos reais nomes. Nesse caso, conhecimentos prévios que contemplem certa experiência de mundo se fazem necessários. Por isso, o uso de uma nomeação genérica, comum, não deixa de descrever a cena e, ao mesmo tempo, sinaliza uma falta de precisão dessa descrição. Isso quer dizer que o sujeito interpretante – o meu caso –, que não conhece ou compartilha vivências relacionadas às obras de infraestrutura, fará descrições mais genéricas das cenas, sinalizando uma limitação do contexto quando são considerados os conhecimentos prévios. Tal limitação atua como uma das condições para a construção do sentido do texto, em que a sentença não é apresentada isoladamente. Minimamente, o sujeito interpretante precisa considerar que se trata de uma situação de reforma de uma rua, ou seja, de uma obra de infraestrutura. O desconhecimento dos nomes das ferramentas não prejudica a construção do sentido. É preciso, sim, construir o sentido, descrevendo e atribuindo valores às cenas, inclusive às mudanças de expressão da Mafalda, para perceber que houve uma reação diante do que viu, para resultar na pergunta (1). Na verdade, a pergunta (1) já é, nesse sentido, um ato perlocucionário. As ações físicas, reforçadas pelos efeitos onomatopaicos, dos operários provocaram uma reação na Mafalda, que, imediatamente, desencadeou outra, a pergunta (1).

Os elementos extralinguísticos contribuem para a construção do sentido da sentença (1). Não se trata só de uma característica do gênero

tira, o qual mescla linguagem verbal e não verbal, mas sim de um contexto configurado pelo sujeito interpretante para compreender o texto. Um problema vem à tona: a análise de sentença desconectada de um contexto limita a realização dos atos de interpretação ao âmbito das possibilidades, em que o sujeito deverá sempre avaliar se a hipótese é possível no mundo. Quando o texto é o objeto de análise, as possibilidades não deixam de existir; porém colocam em jogo outros aspectos: os sujeitos em interação, a situação de uso, a temática, os conhecimentos prévios do sujeito interpretante etc. A relação entre o texto e o mundo não é desconsiderada; ela ganha, todavia, outra função no processo de interpretação: de condição primordial para uma das condições.

Até aqui, é possível perceber que, ao lado da relevância da noção de contexto, é preciso retomar as discussões feitas a respeito, para prosseguir na interpretação de textos no lugar de sentenças “soltas”. As discussões sobre a noção de contexto no âmbito da linguística textual consideram princípios pragmáticos e, por isso, devem ser consideradas. Assim, torna-se relevante e urgente delinear uma noção de contexto, de acordo com as “novas” condições postas na pragmática defendida por Rajagopalan (2010), aqui chamada de *fazer B*.

Outro aspecto importante é levar às últimas consequências a distinção de fato e valor, dizer e fazer, nomear e predicar, quando textos são interpretados. As discussões teóricas são, para mim, suficientes para esboçar estratégias para a interpretação de textos, e não de sentenças. Como por trás da descrição de um fato, no interior de um texto, valores são a ele atribuídos? Em que momentos se percebem simultaneamente a nomeação e a predicação? Quando meros dizeres mascaram fazeres?

(2a) As moscas são felizes.

Em (2a), há, ao primeiro olhar, uma afirmação, um ato locucionário. No entanto, algo se modifica na sentença (2b):

(2b) As moscas é que são felizes...

A expressão expletiva é que é desnecessária, comparando (2a) e (2b). Sua função é enfatizar o que está sendo dito. Porém, essa ênfase só é percebida no texto:

**Tira 2** – A possível felicidade das moscas



Fonte: Quino (1993, p. 69)

Em (2b), é preciso considerar que há uma justificativa camuflada:

(2c) Não têm que ir à escola!

Organizando o raciocínio do amiguinho de Mafalda, assim ficaria:

(2d) As moscas são felizes, porque não têm que ir à escola, voam à vontade, não têm que estudar a tabuada e nem aguentar a professora.

Por trás de (2a), há um desejo, reforçado em (2b), na qual a expressão expletiva é que sinaliza que se trata de uma conclusão de um raciocínio, em vez de uma mera afirmação, uma declaração. A sentença (2b) é fruto de uma reflexão baseada na ideia de escola, aliás, dos valores por Filipe atribuídos à escola. Sua visão negativa de escola, em um primeiro momento, leva-o a acreditar que a vida de uma mosca é bem mais interessante, pois é livre de obrigações a serem seguidas no ambiente escolar. Como ele deseja ser livre dessas obrigações, manifesta um desejo de ser mosca.

Tanto na primeira quanto na segunda cena, há uma descrição da vida de um ser aparentemente livre, a mosca, e ao mesmo tempo, valorações são feitas. Em linhas gerais, ser mosca possui um julgamento de valor positivo; enquanto ser estudante (ir à escola), um valor negativo. Até aí, é a visão de Felipe antes da intervenção da Mafalda na sequência dos fatos. Enquanto seu amigo filosofava sobre a vida, Mafalda lia uma revista (enfim, estava lendo alguma coisa), até que, percebida a presença de uma mosca: PAF! (cena 3), Mafalda transformou seu objeto de leitura em arma para matar a mosca. Os dois, Mafalda e Filipe, observaram a mosca morta sobre a mesa (cena 4). Após a morte do ser que antes era visto como livre de obrigações escolares, Filipe aceita sua condição de estudante, como fica subentendido na cena 5:

(2e) Três vezes um, três. Três vezes dois, seis. Três vezes três, nove. Três vezes quatro...

O que contribui para a interpretação do texto não é a descrição da tabuada do número três, é, sim, o ato de aceitação (conformidade) da vida de estudante, um fazer mascarado.

Vale ainda ressaltar que, quando se torna um leitor assíduo das tiras da Mafalda, a cada leitura, a cada ato de interpretação, o leitor elabora, em sua visão, características coerentes com as atitudes das personagens, em especial da menina protagonista. As atitudes levam o leitor a delinear um sujeito que interage nas tirinhas de acordo com certos comportamentos, passando a ter uma personalidade própria. Isso também contribui para o desencadeamento de atos de interpretação. Por exemplo, o intervir da Mafalda, na segunda tira, no acontecimento dos fatos, de modo a provocar uma mudança de posicionamento de Filipe, é esperado, porque sua função é ser crítica, é questionar a ordem dada do mundo.

A regularidade das atitudes das personagens favorece a identificação do leitor com as obras, as personagens e o estilo do autor. Essa regularidade também constitui um elemento extralinguístico que faz parte do contexto.

## Considerações finais

Uma dificuldade que tenho enfrentado é transformar as novas diretrizes desse *fazer B* (a *nova pragmática*, para Rajagopalan, 2010) em referências teórico-metodológicas para a análise de textos.

As análises baseadas no *fazer A* elegem as sentenças como objeto, procurando compartimentar, por exemplo, os atos de fala em três: os atos locucionários, ilocucionários e perlocucionários. De acordo com o *fazer B*, esses atos ocorrem ao mesmo tempo, porque se percebe a linguagem como ação; ao contrário do *fazer A*, em que as “coisas” não se misturam.

O *fazer A* tornou-se uma tradição consagrada na teoria e na prática. Ainda estamos, na condição de pragmaticistas desse fazer alternativo, procurando, de certa forma, ser compreendidos no âmbito das discussões teóricas. Em outras palavras, o *fazer B* ainda está reivindicando um lugar teórico. A meu ver, isso é válido e pertinente. No entanto, o reconhecimento tornar-se-á realidade se também discussões de ordem prática forem feitas. Vale lembrar que o *fazer B* propõe uma diluição das distinções, entre elas: fato/valor, dizer/fazer, nomear/predicar e também teoria/prática.

Motivada pelas rupturas, renovações e inovações advindas com Rajagopalan ao longo dos anos e organizadas na forma de uma obra maior — *Nova pragmática* (RAJAGOPALAN, 2010) — trouxe algumas ideias ainda em fase de (re)elaboração, para serem discutidas nos próximos anos: 1) revisão dos princípios teórico-metodológicos à luz da *nova pragmática*, a começar, pela análise de textos no lugar das sentenças; 2) redefinição dos problemas dentro dessa *nova ordem pragmática*; 3) análise de textos que contemplem esses problemas.

## Referências

AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer**. Palavras e ação. Tradução e apresentação à edição brasileira de D. M. de Souza Filho do título em inglês *How to do things with words*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1962/1990.

\_\_\_\_\_. **Sentido e percepção**. Tradução de A. M. M. de Oliveira do título em inglês *Sense and sensibilia*. São Paulo: Martins Fontes, 1962/1993.

\_\_\_\_\_. **Philosophical papers**. 3. ed. Oxford: Oxford University Press, 1961/1979.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: \_\_\_\_\_. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1979/2003. p. 261-306.

BORGES, M. I. **A Linguística no curso de Letras-português**: faces, desdobramentos, formas de (re)construção dos conhecimentos sobre a linguagem e a língua (portuguesa) e efeitos na perspectiva do graduando.

Florianópolis, SC: UFSC, 2010. 240 f. Tese de (Doutorado em Linguística), Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010a.

\_\_\_\_\_. A miopia da Linguística. In: FREITAS, A. C. de. (Org.). **Linguagem e exclusão**. Uberlândia: EDUFU, 2010b, v. 7, p. 185-213.

\_\_\_\_\_. Os (re)posicionamentos identitários e o jogo ético-político nos quadrinhos pasquinianos. **Fênix** (UFU. Online), v. 6, p. 5, 2009. Disponível em: <<http://www.revistafenix.pro.br/vol19miborges.php>>. Acesso em: 5 out. 2012.

\_\_\_\_\_. Leitura: uma questão logocêntrica ou antilogocêntrica? **Revista InterteXto**, v. 1, p. 6, 2008. Disponível em: <<http://revistaintertexto.lettras.uftm.edu.br/LEITURA%20UMA%20QUESTO%20LOGOCNTRICA%20OU%20ANTILOGOCNTRICA.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2012.

\_\_\_\_\_. Língua(gem): Linguística e Linguística Crítica. **Revista da ANPOLL** – Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística, v. 23, p. 215-228, 2007. Disponível em: <<http://www.anpoll.org.br/revista/index.php/revista/article/viewFile/114/106>>. Acesso em: 5 out. 2012.

\_\_\_\_\_. **O jogo ético-político nos quadrinhos editados em “O Pasquim”**. Uberlândia, MG: UFU, 2004. 179 f. Dissertação de (Mestrado em Linguística). Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. **A politics of the performative**. New York; London: Routledge, 1997.

DERRIDA, J. Assinatura, acontecimento, contexto. In: \_\_\_\_\_. **Margens da filosofia**. Campinas, SP: Papyrus, 1991, p. 349-373.

JOSEPH, John E. **Language and politics**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2006.

KOCH, I. G. V. **O texto e a construção dos sentidos**. 9. ed. São Paulo, Contexto, 2008.

LÉLIS, A. de C.; ANDRADE, C. M.; BORGES, M. I. Linguagem e duplicidade de sentido. In: COLÓQUIO NACIONAL: DIÁLOGOS ENTRE LINGUAGEM E EDUCAÇÃO E VII ENCONTRO DO NEL, 1, 2012, Blumenau. **Anais...** Blumenau, SC: FURB, 2012, p. 1-15. Disponível em: <<http://www.tecnoevento.com.br/nel/anais/artigos/art9.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2012.

MARCONDES, D. Prefácio. In: OTTONI, P. R. **Visão performativa da linguagem**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1998. p. 9-10.

MEY, J. **As vozes da sociedade**: seminários de pragmática. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001.

\_\_\_\_\_. **Whose language?** A study in linguistic pragmatics. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 1985.

MOURA, H. M. M. de. **Significação e contexto**: uma introdução a questões de semântica e pragmática. 2. ed. Florianópolis, SC: Insular, 2000.

OTTONI, P. R. **Visão performativa da linguagem**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1998.

PINTO, J. P. Pragmática. In: \_\_\_\_\_. MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). **Introdução à linguística**: domínios e fronteiras. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004. v. 2. p. 47-68.

QUINO (Joaquín Salvador Lavado). **Toda a Mafalda**: da primeira à última tira. São Paulo: Martins Fontes, 1993. p. 69 e 175.

RAJAGOPALAN, K. **A nova pragmática**: fases e feições de um fazer. São Paulo: Parábola, 2010.

\_\_\_\_\_. **Por uma linguística crítica**: linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo: Parábola, 2003.

\_\_\_\_\_. Apresentação. Pragmática: uma vista aérea. **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas, SP, v. 30, p. 5-7, jan./jun. 1996. Disponível em: <<http://www.iel.unicamp.br/revista/index.php/cel/article/view/1692/1263>>. Acesso em: 4 out. 2012.

RANGEL, E. de F. M. Uma nova concepção de linguagem a partir do percurso performativo de Austin. **Revista Letra Magna** – Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura. v. 1, n. 1, p. 1-16, 2004. Disponível em: <<http://www.letramagna.com/elianedefatimamanentirangel.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2012.

SEARLE, J. R. **Speech acts**: an essay in the philosophy of language. Cambridge: Cambridge, 1969/1984.

SILVA, F. L. L. da. A vida como vir-a-aceitar: considerações Austinianas sobre a odernidade. *D.E.L.T.A.* – Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada. São Paulo, v. 25, n. 2, p. 233-244, 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_pdf&pid=S0102-44502009000200001&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0102-44502009000200001&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 5 out. 2012.